



Curso: PPGE da PUC Goiás Mestrado em Educação

Título: Gestão da Escola Pública no Sistema Municipal de Ensino de Goianésia-GO (2009-20)

Autores: Lázara Lisboa da Costa Mendonça

orientador: Dr^a. Denise Silva Araújo

Resumo

Introdução e Objetivos

A pesquisa intitulada “Gestão da Escola Pública no Sistema Municipal de Ensino de Goianésia-GO (2009-2012)” pretendeu analisar a compreensão dos dirigentes sobre as condições concretas existentes nas escolas públicas do SME de Goianésia-GO, para a implementação de práticas de gestão democráticas. Outros objetivos foram elencados: a) mapear os instrumentos legais que regulam o processo de gestão empreendido nas escolas públicas do SME de Goianésia-GO; b) reconhecer quais os espaços, tempos e formas de participação assegurados aos diferentes segmentos no cotidiano da escola; e c) identificar a compreensão dos dirigentes em relação às práticas de gestão escolar democráticas e a garantia do direito à educação de qualidade social. Neste sentido, lista-se o problema: **Quais são as condições concretas instituídas e instituintes nas escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino de Goianésia-GO, para o desenvolvimento da gestão escolar democrática? Debater sobre a gestão escolar implica concebê-la como uma construção histórica, identificando seus condicionantes e sua prática social mais ampla, pois cabe à escola a materialização das políticas educacionais.**

Material

Para apreender com mais precisão a dinâmica, as contradições e os conflitos existentes na gestão das escolas públicas do SME de Goianésia-GO, o enfoque teórico é o materialismo histórico dialético e a abordagem é a qualitativa. Na coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental: Lei que institui o Sistema Municipal de Ensino, a Lei de criação do Conselho Municipal de Educação, o Decreto que regulamenta as Eleições para Dirigentes das Escolas Municipais e o Texto Orientador à Constituição dos Conselhos Escolares de 2012/2014. O questionário foi um recurso utilizado com os dirigentes do Sistema. O questionário foi elaborado inicialmente por Dourado (2003), complementado por Brzezinski (2010) e adaptado pela pesquisadora. As respostas dos questionários foram posteriormente digitadas e posteriormente elaborou-se um relatório com os dados obtidos nas escolas pesquisadas. No município de Goianésia, existem 51 instituições educacionais, sendo 13 estaduais, 30 municipais, 7 privadas e uma federal. Nesta pesquisa, optou-se por trabalhar apenas com as escolas públicas municipais, que totalizam 20 unidades de ensino. As creches não compõem o universo desta investigação, visto que ainda não conquistaram o direito de eleger seus dirigentes. Na análise e interpretação das informações, utilizou-se a análise de conteúdo. O SME de Goianésia-GO foi selecionado pelo fato de estar sendo implantado, de modo gradativo, um modelo de gestão democrática, com eleição direta para escolha de dirigentes escolares, incentivo à participação da comunidade por meio dos conselhos escolares, bem como o desenvolvimento de iniciativas de garantia do direito à educação, elementos que serão analisados neste trabalho.

Resultado

O número elevado (69%) de pedagogos nos cargos de gestão escolar municipal é uma realidade que, segundo Paro (2003, p. 25), “[...] parece estar fortalecendo a crença de que a gestão da escola deva ser mais profissionalizada [...]”. As eleições atingiram 60% das 20 instituições educacionais pesquisadas. A indicação, no entanto, é o segundo mecanismo mais usado no conjunto das unidades de ensino do município de Goianésia, que compuseram o universo desta investigação, sendo realizada em 40% das instituições. Pode-se inferir que permanecem, no cotidiano da organização escolar, práticas personalistas, autoritárias e clientelistas, que dificultam a participação crítica e consciente dos diferentes segmentos que a constituem na definição de seus rumos, no sentido de garantir a qualidade social da educação. Os dirigentes concebem a gestão escolar diversa da gestão empresarial em função da especificidade da ação educativa, conforme defesa de Costa (1996); Lima (2008); Paro (1997); Dourado (2003), dentre outros autores que negam a presença dos princípios empresariais no âmbito educacional. Grande parte dos sujeitos da investigação (31%) associa a gestão democrática aos mecanismos de participação da comunidade nas decisões da escola. Os conselhos (municipal e escolar) não aparecem como instâncias presentes nas principais deliberações das escolas públicas municipais, embora sejam defendidos pelos teóricos, como instância de participação da comunidade escolar. O modelo gerencial e meritocrático de gestão, aplicado no



Sistema se aproxima da metáfora utilizada por Costa (1996), a “Escola como Empresa”. Há uma reafirmação da hierarquia, das indicações, da centralização que historicamente sempre existiram, agora sob novas bases.

Conclusão

Com base nas informações analisadas, pode-se inferir que há urgência de determinações legais, de cunho efetivamente democrático, que garantam a participação dos envolvidos com as unidades de ensino na escolha de seus representantes. A prática do clientelismo na escolha das pessoas para o cargo, ainda, se faz presente em função dos famosos compromissos políticos partidários, notadamente nas instituições de educação infantil municipais. Ressalta-se que a eleição direta não impede totalmente a interferência política na escolha de dirigentes escolares, contudo é um dos meios mais democráticos de participação colegiada. Os resultados da pesquisa revelaram que existe no SME de Goianésia-GO a presença de algumas condições instituídas direcionadas à gestão democrática nas escolas. Citam-se a Lei que institui o Sistema Municipal de Ensino (Lei n. 2.818/2010), Lei que cria o Conselho Municipal de Educação de (Lei n. 1.663/1997), Texto Orientador à Constituição dos Conselhos Escolares (2012/2014) e Decreto que regulamentação as Eleições para Dirigentes das Escolas Públicas Municipais (Decreto n. 2.725/2011). No entanto, com base nas informações da pesquisa empírica, pode-se inferir que há um longo caminho a ser percorrido, visto que permanecem, no cotidiano da organização escolar, práticas personalistas, autoritárias e clientelistas, que dificultam a participação crítica e consciente dos diferentes segmentos que a constituem na definição de seus rumos que assegurem uma educação de qualidade social. Esta dissertação não possui a intenção de esgotar a compreensão da temática, mas sim, colaborar com os estudos e debates sobre como os sistemas e as unidades de ensino do âmbito municipal têm instituído seu processo de gestão democrática.

Referências

BRZEZNSKI, I. Gestão democrática, participativa e colegiada: concepções da disciplina gestão educacional no programa de pós-graduação em educação da PUC GOIÁS. Goiânia: PUC Goiás, 2010a. Mimeo. _____. A formação do professor para o início da escolarização. Goiânia: UCG/SE, 1987. 238p. (Série: Teses Universitárias, 1). COSTA, A. As imagens organizacionais da escola. Lisboa: Asa, 1996. LIMA, L. C. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. MENDONÇA, L. L. C.; ARAÚJO, D. S. A democratização da escola e a qualidade social do ensino. In: Políticas de gestão da educação no centro-oeste do Brasil: perspectivas e práticas. Anais do VII Seminário da Anpae – Centro-Oeste e IX Seminário da Anpae - Seção Goiás [10 a 12 de Dezembro/2012]. Goiânia: FE/UFG, p. 204, 2012b. PARO, V. H. Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003. SILVA, L. G. A. da. et. al. A gestão escolar no contexto atual: o paradigma gerencial e o trabalho do dirigente escolar em Goiás. In: OLIVEIRA, J. F.; OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs.). Trabalho docente na educação básica em Goiás. Belo horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p. 174-197.

palavras-chave: Políticas educacionais; Gestão democrática; Escola pública; Sistema Municipal de

modalidade de Fomento: